SUMÁRIO

PREFÁCIO **5**

APRESENTAÇÃO **7**

AGRADECIMENTOS **9**

NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO **11**

CAPÍTULO 1 – PROCESSO TRIBUTÁRIO **27**

1.1. ENTENDENDO O BÁSICO – FORMAS DE PROCESSO TRIBUTÁRIO 27

1.2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA 29

CAPÍTULO 2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL **35**

2.1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL 35

2.1.1. Princípio da legalidade 35

2.1.2. Impessoalidade 37

2.1.3. Moralidade 39

2.1.4. Publicidade 40

2.1.5. Eficiência 51

2.1.6. Inafastabilidade do Controle Jurisdicional das Decisões Administrativas 53

2.1.6.1. Coisa julgada na esfera administrativa? 55

2.1.6.2. Aprofundamento: Cabe ação popular para anular decisão do CARF? 64

2.1.7. Devido processo legal 65

2.1.8. Contraditório e ampla defesa 66

2.1.8.1. Amicus Curiae no Processo Administrativo Tributário 69

2.1.9. Duração razoável do processo 75

2.1.9.1. Aprofundamento: Da (Im)possibilidade de aplicação da prescrição intercorrente em processo administrativo fiscal (PAF) que discute penalidades aduaneiras 79
2.1.10. Motivação das decisões 82
2.1.11. Segurança jurídica 84
2.1.11.1. Aprofundamento: *venire contra factum proprium* 87
2.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL – NÃO CONTENCIOSO: CONSULTA 91
2.2.1. Da Legitimidade para Formular Consulta 91
2.2.2. Dos efeitos da consulta 92
2.2.3. Dos requisitos da Consulta 93
2.2.4. Da competência para a solução da consulta 93
2.2.5. Da ineficácia da consulta 94
2.2.6. Da solução da consulta 95
2.2.7. Da mudança de entendimento 96
2.2.8. Do recurso especial 96
2.2.9. Da representação 97
2.3. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL 99
2.3.1. Um fluxograma simplificado 99
2.3.2. Fase de Instauração 101
2.3.3. Fase de impugnação 109
2.3.3.1. Aprofundamento: Formação de CDA sem processo administrativo 110
2.3.3.2. Forma de Apresentação da Impugnação 111
2.3.3.3. Requisitos da Impugnação 111
2.3.3.4. Aprofundamento: reflexões sobre o Acesso ao Poder Judiciário 115
2.3.3.5. Composição extrajudicial pela AGU x proposta de transação tributária 124
2.3.4. Intimações 125
2.3.5. Julgamento e questões correlatas 128
2.3.5.1. Competência para Julgamento das Impugnações 128
2.3.5.2. Prioridade de Julgamento 130
2.3.5.3. Ordem de Julgamento e Prazos 131
2.3.5.4. Livre Convencimento Motivado 132
2.3.5.5. Ônus da prova 132
2.3.5.6. Decisão do Processo Administrativo Fiscal 135
2.3.5.7. Questões Preliminares 135
2.3.5.8. Reconhecimento de Inconstitucionalidade de Norma 137
2.3.5.9. Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo 141

2.3.6. Fase recursal ... 142
2.3.6.1. Embargos de declaração ... 143
2.3.6.1.1. Procedimento para interposição dos embargos ... 144
2.3.6.1.2. Admissibilidade e decisão ... 144
2.3.6.1.3. Ciência do Acórdão ... 144
2.3.6.1.4. Erros materiais ... 145
2.3.6.2. Recurso Voluntário e Recurso de ofício ... 146
2.3.6.2.1. Recurso voluntário ... 146
2.3.6.2.2. Inconstitucionalidade do depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso ... 146
2.3.6.2.3. Recurso de ofício ou "Remessa Obrigatória" ... 147
2.3.6.3. CARF ... 149
2.3.6.3.1. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ... 149
2.3.6.3.2. Escolha e designação de Conselheiros ... 150
2.3.6.3.3. Mandato dos Conselheiros ... 150
2.3.6.3.4. Presidência e Estrutura do CARF ... 151
2.3.6.3.5. Atualizações do Regimento Interno do CARF ... 151
2.3.6.3.6. Designação dos Presidentes e Vice-Presidentes ... 151
2.3.6.3.7. O voto de qualidade no CARF ... 152
2.3.6.3.8. Aprofundamento: Validade dos julgamentos proferidos no CARF com base no voto de qualidade previsto no art. 25, § 9º, do Decreto 70.235/72 153
2.3.6.3.9. Aprofundamento: a impossibilidade de aplicação retroativa do artigo 28 da Lei nº 13.988/20, que adicionou o artigo 19-E à Lei nº 10.522/02 ... 154
2.3.6.4. Recurso Especial ... 158
2.3.6.4.1. Recurso Especial ... 158
2.3.6.4.2. Função Uniformizadora ... 159
2.3.6.4.3. Competência e Prazos ... 159
2.3.6.4.4. Distinção do Recurso Especial (STJ) ... 159
2.3.6.4.5. Procedimento ... 160
2.3.6.4.6. Disposições do Regimento Interno ... 160
2.3.6.5. Do Agravo ... 161
2.3.6.5.1. Situações de não Cabimento do agravo ... 161
2.3.6.5.2. Procedimento do agravo ... 161
2.3.6.6. Pedido de reconsideração ... 162
2.3.6.6.1. Natureza e Função ... 162
2.3.6.6.2. Inadmissibilidade no Processo Administrativo Fiscal Federal ... 163

2.3.6.6.3. Possibilidade nas Esferas Estaduais e Municipais 163
2.3.6.7. Das súmulas 163
2.3.6.7.1. Edição e aprovação de Súmulas 164
2.3.6.7.2. Proposição de Súmulas 164
2.3.6.7.3. Revisão e Cancelamento de Súmulas 164
2.3.6.7.4. Iniciativa de Súmulas 164
2.3.6.7.5. Procedimento e Eficácia das Súmulas 165
2.3.6.7.6. Efeito Vinculante das Súmulas 165
2.3.6.8. Do pedido de desistência 165
2.3.6.8.1. Procedimento de Desistência 165
2.3.6.8.2. Efeitos da Desistência 166
2.3.6.8.3. Desistência e Parcelamento 166
2.3.6.8.4. Limitações da desistência 167
2.3.7. Encerramento do PAF 167
2.3.8. Cumprimento da Decisão 167
2.3.9. Conversão de depósito em renda 167
2.3.10. Insuficiência ou Excesso de Depósito 167
2.3.11. Execução da perda de mercadorias ou bens 168
2.3.12. Julgados relevantes: 168
2.3.13. O que muda com a Reforma Tributária no Processo Administrativo Tributário? 170
2.3.13.1. Introdução 170
2.3.13.2. Das Disposições da LC 214/2025 sobre a Administração Tributária do IBS e da CBS 171
2.3.13.2.1. Estrutura de Governança Compartilhada (Art. 317) 171
2.3.13.2.2. Instâncias de Harmonização Tributária e Jurídica (Arts. 318 e 319) 171
2.3.13.2.3. Regras de Funcionamento dos Órgãos Colegiados (Art. 320) 173
2.3.13.2.4. Atos Conjuntos e Normas Vinculantes (Art. 323). 173
2.3.13.2.5 Consulta tributária do IBS e da CBS (Novidade da LC 227/2026 — Arts. 323-A a 323-F) 173
2.3.13.2.6. Fiscalização e Lançamento de Ofício (Arts. 324 a 327) 176
2.3.13.2.7. Procedimento Fiscal Padronizado (Arts. 328 a 331) 177
2.3.13.3. O Processo Administrativo Tributário do IBS na LC 227/2026 . 178
2.3.13.3.1. Abrangência do Processo Administrativo (Art. 54) 178
2.3.13.3.2. Princípios do Processo Administrativo Tributário (Art. 55) 179

2.3.13.3.3. Processo Eletrônico Obrigatório: Atos e Termos Processuais (Arts. 56 a 58) 180
2.3.13.3.4. Intervenção no Processo e Garantias Processuais (Arts. 59 a 61) 181
2.3.13.3.5. Prazos Processuais e Contagem de Tempo (Arts. 62 e 63) 182
2.3.13.3.6. Intimações Eletrônicas e Intimação Ficta (Art. 64) 182
2.3.13.3.7. Vícios e Nulidades no Processo Administrativo (Arts. 65 e 66) 183
2.3.13.3.8. Instauração do Contencioso e Impugnação (Art. 67) 186
2.3.13.3.9. Diligências e Poderes Instrutórios do Julgador (Arts. 69 a 71) 187
2.3.13.3.10. Desistência e Revelia (Arts. 72 e 73) 188
2.3.13.3.11. Provimentos Vinculantes no Contencioso do IBS (Art. 74) 189
2.3.13.3.12. Espécies Recursais: Visão Geral (Art. 75) 189
2.3.13.3.13. Órgãos de Julgamento: Estrutura e Composição (Arts. 88 a 90) 194
2.3.13.3.14. Primeira Instância de Julgamento (Arts. 91 e 92) 195
2.3.13.3.15. Segunda Instância de Julgamento (Arts. 93 e 94) 196
2.3.13.3.16. Câmara Superior do IBS – Instância de Uniformização (Arts. 95 e 96) 197
2.3.13.3.17. Representação da Fazenda Pública (Art. 97) 198
2.3.13.3.18. Garantias, Deveres e Mandato dos Julgadores (Arts. 98 a 101) 198
2.3.13.3.19. Casos Omissos e Competência Normativa do CGIBS (Art. 102) 199
2.3.13.4. Implicações Práticas e Visão Sistêmica 199
2.3.13.5. O Código de Defesa do Contribuinte (LC 225/2026) e seus Reflexos no Processo Administrativo Tributário 200
2.3.13.5.1. Contextualização 200
2.3.13.5.2. Deveres da Administração Tributária e a Nova Lógica de Conformidade (Art. 3º) 201
2.3.13.5.3. Direitos do Contribuinte com Reflexos Processuais (Art. 4º) 202
2.3.13.5.4. Deveres do Contribuinte e a Cooperação Recíproca (Art. 5º) 202
2.3.13.5.5. Resolução Cooperativa de Controvérsias e Transparência Digital (Arts. 6º e 7º) 203
2.3.13.5.6. O Devedor Contumaz e seus Reflexos Processuais (Arts. 11 a 17) 203
2.3.13.5.7. Síntese: A Convergência Normativa 204

2.3.13.6. Considerações Finais 205

CAPÍTULO 3 – AÇÕES EXACIONAIS 213

3.1. EXECUÇÃO FISCAL 213

3.1.1. A Execução Fiscal como Instrumento Arrecadatório 213

3.1.2. Caráter social da Execução Fiscal: isonomia e igualdade 215

3.1.3. Formação do título executivo – CDA (arts. 1º a 3º) 220

3.1.4. Microssistema da Lei de Execução Fiscal e o princípio da especialidade 220

3.1.5. Aprofundamento: nova lei de execução fiscal e o CPF/CNPJ do devedor 224

3.1.6. A Teoria do Diálogo das Fontes: celeridade e efetividade 224

3.1.7. Aprofundamento – Possibilidade de suspensão de passaporte/CNH pela Fazenda na execução fiscal: uma análise moral, jurídica e sistemática do HC 453870 julgado pelo STJ 229

3.1.8. Inscrição em dívida ativa – CDA 242

3.1.8.1. Conceito 242

3.1.8.2. Execução Fiscal: crédito tributário e não tributário 244

3.1.8.3. Inclusão de Encargos na Dívida Ativa 246

3.1.8.4. Inscrição em dívida ativa e os seus efeitos 246

3.1.8.5. Suspensão do prazo prescricional aplicada somente aos créditos não tributários 251

3.1.8.6. Projeto de Lei 2.488/2022 – controle de legalidade 252

3.1.9. Créditos que são inscritos em dívida ativa 253

3.1.9.1. Créditos Tributários 253

3.1.9.2. Créditos não tributários 253

3.1.9.3. Aprofundamento – Multa Penal 267

3.1.10. Créditos que não são inscritos em dívida ativa 275

3.1.11. Elementos do termo de inscrição em dívida ativa 285

3.1.12. Emenda da CDA 291

3.1.12.1. Aprofundamento – pergunta-se: e caso quando proposta a execução fiscal o devedor já era falecido, pode substituir a CDA para fazer constar que a execução fiscal deve ser em face do espólio ou dos herdeiros? 298

3.1.12.2. Aprofundamento: desnecessidade de alteração da CDA quando ocorre sucessão empresarial sem informar oportunamente ao fisco 302

3.1.13. Efeitos práticos da inscrição em dívida ativa 309

3.1.13.1. Aprofundamento: Fraude à execução 315

3.1.13.2. Aprofundamento: Protesto extrajudicial – LC 208/2024 – Interrupção do prazo prescricional 339

3.1.13.3. Aprofundamento: Operação de venda definitiva de patrimônio público ou "cessão de direitos creditórios" da Fazenda Pública – "Venda da CDA" 345
3.1.14. Análise crítica da LC 208/2024 352
3.1.15. Presunção de Certeza e Liquidez (art. 3º) 357
3.1.16. Teoria da carga dinâmica do ônus da prova 358
3.1.17. Outros julgados relevantes sobre a inscrição em dívida ativa 359
3.1.18. Competência (art. 5º) 365
3.1.18.1. Princípio da Perpetuação da Jurisdição 365
3.1.18.2. Breve resumo 365
3.1.18.3. Do fim da competência federal delegada 367
3.1.18.4. Do foro competente para a execução fiscal e para as ações em que Estados e Distrito Federal figurem como partes (art. 46, § 5º, e art. 52, caput e parágrafo único) – STF 373
3.1.18.5. Outros temas relacionados à competência 376
3.1.18.6. Competência Territorial e Material 376
3.1.18.7. Declinação de Competência 376
3.1.19. Conexão de Ações 377
3.1.20. Legitimidade ativa e passiva (art. 4º) 379
3.1.20.1. Legitimidade ativa 379
3.1.20.1.1. Aprofundamento: Legitimidade do Ministério Público em execuções fiscais e relevância social .. 418
3.1.20.2. Legitimidade Passiva 419
3.1.20.3. Ônus da Prova 422
3.1.20.4. Quanto ao art. 4º. I – o devedor 424
3.1.20.4.1. Execução de Empresas Individuais 424
3.1.20.4.2. Consórcio de Empresas como Sujeito Passivo da Execução Fiscal 427
3.1.20.5. Quanto ao inciso II – o fiador 428
3.1.20.6. Quanto ao inciso III – espólio – e ao inciso VI – sucessores 430
3.1.20.6.1. Aprofundamento: Obrigação da Fazenda de identificar o representante do espólio na inicial da execução fiscal (Info 832/STJ – AREsp 2.670.058/TO) 437
3.1.20.6.2. Sucessão "regular" do Devedor – pessoa jurídica 438
3.1.20.6.3. Distrato Social 438
3.1.20.6.4. Fusão ou Incorporação 440
3.1.20.6.5. Alienação de Fundo de Comércio 440
3.1.20.6.6. Quanto ao inciso IV – a massa 440

3.1.20.6.7. Quanto ao inciso V – o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado:..... 441
3.1.20.6.8. Redirecionamento da execução fiscal..... 442
3.1.20.6.9. Situações que Justificam o Redirecionamento..... 442
3.1.21. Aprofundamento – (In)compatibilidade do Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Fiscal..... 462
3.1.22. Direto ao ponto quanto às conclusões e unanimidades..... 473
3.1.22.1. Aprofundamento – responsabilidade de grupos econômicos – Art. 124 do CTN..... 476
3.1.23. Breve resumo de tudo – hipóteses em que se admite o redirecionamento 483
3.1.24. Breve resumo de tudo – hipóteses em que não se admite o redirecionamento..... 485
3.1.25. Projeto de Lei 2.488/2022 – redirecionamento e IDPJ..... 485
3.1.26. Fluxo do Processo Judicial Tributário e esquemas..... 486
3.1.26.1. Petição Inicial e Execução da CDA..... 488
3.1.26.2. Presunção de Liquidez e Certeza..... 488
3.1.26.3. Fluxo da obrigação tributária..... 488
3.1.27. Da petição inicial (art. 6º)..... 489
3.1.27.1. Aprofundamento: Ajuizamento seletivo para a propositura da execução fiscal federal..... 492
3.1.27.2. Aprofundamento: Requisitos para a execução fiscal de "pequeno valor" – extinção pelo Poder Judiciário..... 493
3.1.27.3. Aprofundamento crítico..... 499
3.1.27.4. Do projeto de Lei 2.488/2022..... 506
3.1.28. Da citação (arts. 7º e 8º)..... 510
3.1.28.1. Despacho do juiz (art. 7º da LEF)..... 511
3.1.28.2. Fixação de Honorários Advocatícios..... 512
3.1.28.3. Interrupção da Prescrição pelo Despacho de Citação..... 514
3.1.28.4. Modalidades de Citação..... 515
3.1.28.4.1. Aprofundamento: Citação por AR na Execução Fiscal – Desnecessidade de Assinatura Pessoal..... 518
3.1.28.5. Nomeação de Curador Especial..... 519
3.1.28.6. Executado Domiciliado no Exterior..... 519
3.1.29. Garantia e penhora nas execuções fiscais (arts. 9º a 15)..... 520
3.1.29.1. Depósito em dinheiro..... 521
3.1.29.2. Fiança Bancária ou Seguro Garantia..... 522
3.1.29.2.1. Aprofundamento: (Im)possibilidade de seguro garantia e fiança bancária suspenderem a exigibilidade de créditos tributários e não tributários..... 529

3.1.29.3. Indicação de bens à penhora e aceitação de bens pela Fazenda Pública ... 532
3.1.30. Penhora (art. 10) ... 534
3.1.31. Ordem de Penhora, intimação e substituição dos bens penhorados (arts. 11 a 15) ... 535
3.1.32. Entendimentos jurisprudenciais sobre a penhora de bens ... 539
3.1.33. Substituição dos bens penhorados (art. 15) ... 582
3.1.34. Julgados relevantes ... 585
3.1.35. Defesa do executado (arts. 16 a 18) ... 591
3.1.35.1. A defesa do executado na execução fiscal – Embargos à Execução Fiscal ... 591
3.1.35.2. Natureza Jurídica ... 592
3.1.35.3. Cabimento ... 593
3.1.35.4. Garantia do Juízo: Condição de Procedibilidade dos Embargos à Execução Fiscal ... 597
3.1.35.5. Admissibilidade dos Embargos em caso de penhora insuficiente ... 598
3.1.35.6. Exceção: comprovação inequívoca de hipossuficiência patrimonial ... 600
3.1.35.6.1. Aprofundamento: O simples fato de ser beneficiário da justiça gratuita não dispensa, por si só, a garantia de apresentar os embargos à execução fiscal ... 601
3.1.35.6.2. Aprofundamento: Embargos à execução opostos por curador especial. Dispensa do oferecimento de garantia ... 602
3.1.35.7. Termo Inicial para os Embargos à Execução Fiscal – Tempestividade da Oposição ... 602
3.1.35.7.1. Aprofundamento: Prazo para embargos à execução fiscal e o aceite judicial do seguro garantia – REsp 2.185.262-RJ (Info 838) ... 606
3.1.35.8. Diferença entre os Embargos do Devedor e Embargos à Execução Fiscal ... 606
3.1.35.9. Múltiplas Penhoras e o Início do Prazo para Embargos ... 607
3.1.35.10. Prazo para Embargar nos Casos de Execução por Carta Precatória ... 607
3.1.35.11. Reabertura do Prazo para Embargos ... 607
3.1.35.12. Prazo para Embargar nos Casos de Múltiplos Executados ... 608
3.1.35.13. Prazo para Embargar sem a Necessidade de Garantia Prévia ... 608
3.1.35.14. Aprofundamento: O prazo para Embargar para empresas falidas e as Alterações da Lei de Recuperações e Falências ... 609
3.1.35.15. Efeito Suspensivo dos Embargos e Aplicação Subsidiária do CPC ... 611

3.1.35.16. A Amplitude da discussão em sede de Embargos 615
3.1.35.17. Matérias Vedadas em Sede de Embargos 616
3.1.35.17.1. Aprofundamento: O pedido de habilitação de créditos apresentado ao fisco acarreta a suspensão do prazo prescricional para o pleito compensatório .. 618
3.1.35.18. Honorários na Lei de Execução Fiscal (art. 26) 621
3.1.35.18.1. Aprofundamento: Possibilidade de aplicação do princípio da equidade e proporcionalidade, previsto no art. 85, § 8º, do CPC, para afastar a fixação de honorários advocatícios em valor exorbitante (Tema 1255 do STF) 623
3.1.35.19. As provas a serem produzidas: a obrigação do Embargante 629
3.1.35.20. A ausência de impugnação aos Embargos e os efeitos da revelia 630
3.1.36. A Sentença e a Esfera Recursal na Execução Fiscal 631
3.1.36.1. A Sentença nos Embargos 631
3.1.36.2. Recursos Contra a Sentença 632
3.1.36.2.1. Agravo de Instrumento 632
3.1.36.2.2. Remessa necessária 633
3.1.36.3. Embargos Infringentes de Alçada 636
3.1.37. Exceção de pré-executividade 640
3.1.37.1. Conceito, Histórico e Natureza Jurídica da Exceção de Pré-Executividade 640
3.1.37.2. Objeto e Hipóteses de Cabimento 642
3.1.37.3. Procedimento 647
3.1.37.4. Cabimento de Honorários 647
3.1.37.5. Aprofundamento: Crítica ao alargamento e uso abusivo da Exceção de Pré-Executividade nas Execuções Fiscais 656
3.1.37.6. Outras jurisprudências relevantes sobre os meios de defesa 657
3.1.37.7. Aprofundamento: É cabível exceção de pré-executividade após o julgamento de embargos à execução fiscal? (REsps 2.130.489-RJ vs 2.045.492-RJ – divergência) 668
3.1.38. Demais disposições sobre execução fiscal (arts. 19 ao 41) 669
3.1.38.1. Alienação Antecipada 671
3.1.38.2. Arrematação por preço vil 674
3.1.38.3. Parcelamento da Arrematação 674
3.1.38.4. Alienação por iniciativa particular 676
3.1.38.5. Jurisprudência 678
3.1.38.6. Adjudicação: Aspectos e Aplicações 680
3.1.38.6.1. Jurisprudência 682
3.1.38.7. Natureza da Decisão de Primeira Instância 683

3.1.38.8. Condenação em Honorários 684
3.1.38.9. Requisitos para a Reunião de Processos 687
3.1.38.10. O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público 689
3.1.38.10.1. Aprofundamento: consequências do julgamento da ADPF 357 692
3.1.38.11. O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público e a questão dos honorários advocatícios 693
3.1.38.11.1. A tese fixada pelo STF no Tema 1.220 693
3.1.38.11.2. Fundamentos da decisão 694
3.1.38.11.3. Divergência vencida 694
3.1.38.11.4 Consequências práticas da decisão 694
3.1.39. Recuperação Judicial e Falência – impactos e a relação com a Execução Fiscal 695
3.1.39.1. Execução Fiscal e os Processos de Falência e Recuperação Judicial 695
3.1.39.1.1. Falência 696
3.1.39.1.2. Execução Fiscal Autônoma 700
3.1.39.1.3. Competência para Classificação de Créditos e Possibilidade de Redirecionamento 701
3.1.39.1.4. Suspensão da Execução Fiscal 707
3.1.39.1.5. Art. 191 do CTN: Extinção das Obrigações do Falido 711
3.1.39.1.6. Repercussões da Decretação da Falência nos Privilégios e na Exigibilidade do Crédito Fiscal 712
3.1.39.1.7. Prescrição Ordinária e Intercorrente na Execução Fiscal em Face de Massa Falida 714
3.1.39.1.8. Execução Fiscal x Recuperação Judicial 716
3.1.39.1.9. Aprofundamento: Penhora de bens de empresa em recuperação judicial – delimitação de competências após a Lei n. 14.112/2020 722
3.1.39.1.10. Em resumo 724
3.1.40. Art. 38: Discussão Judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública 726
3.1.40.1. Mandado de Segurança 727
3.1.40.2. Ação Anulatória e Ação Declaratória 728
3.1.40.3. Ação de Repetição de Indébito 728
3.1.40.4. Isenção de emolumentos cartorários 729
3.1.40.5. Isenção de Atos Judiciais 730
3.1.40.6. Ressarcimento de Custas 730
3.1.41. Prescrição intercorrente da execução fiscal 734
3.1.41.1. Aprofundamento: Casos especiais 753

3.1.41.2. Aprofundamento: Interrupção da prescrição intercorrente por bloqueio de bens via SISBAJUD ou CNIB – Info 839/STJ 754
3.1.42. Julgados relevantes em execução fiscal 756
3.1.43. Principais Novidades do Projeto de Lei 2.488/2022 em Relação à Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980) 771
3.2. MEDIDA CAUTELAR FISCAL 773
3.2.1. Medida Cautelar Fiscal: Noções Gerais 774
3.2.2. Fundamentos da Medida Cautelar Fiscal 775
3.2.3. Legitimidade Ativa 776
3.2.4. Espécies de Medidas Cautelares Fiscais 776
3.2.5. Medida Cautelar Fiscal Sem Crédito Constituído: exceções 776
3.2.5.1. Taxatividade 781
3.2.5.2. Ônus da Prova 781
3.2.5.3. Créditos Suspensos e jurisprudência 781
3.2.5.4. Art. 2º da Lei 8.397/1992: Medida Cautelar Fiscal – Sujeito Passivo e grupos econômicos 784
3.2.6. Medida Cautelar Fiscal Contra a Fazenda Pública 789
3.2.6.1. Autonomia das Hipóteses de Cabimento e breves comentários aos incisos do art. 2º 789
3.2.7. Art. 3º – Requisitos para Concessão da Medida Cautelar Fiscal 795
3.2.7.1. Necessidade de Concessão da Liminar 795
3.2.7.2. Recurso Cabível 795
3.2.7.3. Requisitos para Concessão da Liminar 796
3.2.8. Art. 4º – Efeitos da Decretação da Medida Cautelar Fiscal 796
3.2.8.1. Limites e responsabilidade 797
3.2.9. Competência 798
3.2.10. Art. 6º Requisitos da petição inicial – necessidade de fundamentação 800
3.2.11. Citação 802
3.2.11.1. Art. 9º – Revelia 802
3.2.11.2. Intimação para Conciliação ou Mediação 803
3.2.12. Prazo para Propor Medida Cautelar Fiscal Preparatória 804
3.2.13. Tratamento no CPC 804
3.2.13.1. Natureza do Prazo 805
3.2.13.2. Início do Prazo e Exigibilidade Administrativa 805
3.2.13.3. Ausência de prazo em Dobro 806
3.2.14. Pendência da Eficácia – art. 13 806
3.2.15. Revogação da Medida Cautelar Fiscal 807
3.2.16. Eficácia na Suspensão do Crédito Fiscal 808
3.2.17. Apensamento da Ação Cautelar 810

3.2.18. Efeitos, na Execução Fiscal, do Indeferimento da Medida Cautelar Fiscal (artigo 15) 810
3.2.19. Inexistência de Coisa Julgada Material na Medida Cautelar Fiscal e Efeitos na Execução Fiscal – art. 16 811
3.2.20. Apelação na Medida Cautelar Fiscal 812

CAPÍTULO 4 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO – AÇÕES ANTIEXACIONAIS 815
4.1. AÇÃO ANULATÓRIA 815
4.1.1. Distinções entre Ação Anulatória, Ação Declaratória e Ação de Repetição de Indébito 816
4.1.2. Tipos e características da ação anulatória 818
4.1.3. Competência para Ação Anulatória 820
4.1.4. Ação Anulatória Proposta em Vara Comum e Criação Posterior de Vara Especializada em Execuções Fiscais 822
4.1.5. Ação Anulatória vs Embargos à Execução Fiscal 823
4.1.6. Prescrição 825
4.1.7. Depósito Preparatório e Suspensão Da Exigibilidade Do Crédito Tributário 828
4.1.8. Outras Hipóteses de Suspensão 830
4.1.9. Jurisprudências relevantes 831
4.2. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO 833
4.3. APROFUNDAMENTO: DIREITO À RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS CUJO RECOLHIMENTO INDEVIDO TENHA SIDO COMPROVADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 850
4.4. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 851
4.4.1. Aprofundamento: Requisitos para a ação de consignação em pagamento com base no art. 164, III, do CTN 852
4.4.2. Necessidade de depósito integral do crédito tributário 853
4.5. AÇÃO DECLARATÓRIA 855
4.5.1. Diferença entre Ação Declaratória Pura e Ação Declaratória Mista 855
4.5.2. A Ação Declaratória e o Art. 38 da Lei de Execuções Fiscais 857
4.5.3. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica – interesse de agir 857
4.5.4. Lançamento para Prevenir Decadência 859
4.5.5. Ação Declaratória Incidental 861
4.6. OFERECIMENTO CAUTELAR DE CAUÇÃO 863
4.7. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA 867
4.7.1. As características do MS 867
4.7.1.1. Aprofundamento: O mandado de segurança não é o instrumento processual adequado para o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos 873
4.7.2. Vedação à concessão de liminar 888

4.7.2.1. Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 1 890
4.7.3. Prova Pré-constituída 894
4.7.3.1. Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 2 – limites e possibilidades – com base no REsp n. 2.135.870/SP 899
4.7.4. Uso abusivo do Mandado de Segurança 903
4.7.5. Desistência em Mandado de Segurança 904
4.7.6. (In)viabilidade de intervenção em processo de MS 906
4.7.7. Falecimento da Parte em Mandado de Segurança 906
4.7.8. Julgados relevantes 908
4.8. AÇÕES COLETIVAS: LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO DIREITOS DOS ASSOCIADOS 915
4.8.1. Ação tributária antiexacional proposta por associação em defesa de direitos dos associados 916
4.8.2. Limitações das ações coletivas 930
4.8.3. Execução do julgado nas ações coletivas 930
4.8.3.1. Limites territoriais da eficácia subjetiva em ações propostas por sindicatos estaduais (Tema 1130 do STJ) 931
4.8.4. Honorários Sucumbenciais em ações coletivas em face da Fazenda Pública: Manutenção do entendimento da Súmula nº 345 do STJ 933
4.8.5. Ação Popular em matéria tributária 935
4.9. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 936
4.9.1. Legitimidade Ativa e requisitos 936
4.9.2. Direitos Protegidos pelo Writ Coletivo 937
4.9.3. A Coisa Julgada no Writ Coletivo 937
4.9.4. Procedimentos e divergências da Coisa Julgada Coletiva 938
4.9.5. A Execução Individual do Julgado Coletivo 939
4.10. CESSAÇÃO DA EFICÁCIA DA COISA JULGADA 944
4.10.1. Aprofundamento: Ação rescisória e a adequação ao Tema 69/STF- Flexibilização da coisa julgada e a interpretação do art. 535, § 8º, do CPC (REsp 2.054.759-RS e REsp 2.066.696-RS) 955
4.10.2. Ação Rescisória e Decisões do STF: Nova Baliza Temporal para Desconstituição da Coisa Julgada 958
4.10.3. Coisa Julgada Inconstitucional no Microssistema dos Juizados Especiais 961

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 965